

11 A 13
DE DEZEMBRO
DE 2024

EVENTO PRESENCIAL
NA UFRPE RECIFE



2º Congresso Internacional de Agroecologia
e Desenvolvimento Territorial (CIADT)

11º Seminário de Agroecologia e
Desenvolvimento Territorial (SEADT)

TEMA

Agroecologia política, sistemas alimentares e transições agroecológicas



As Práticas da Extensão Rural e Agricultura Familiar: Contribuições ao Fortalecimento da Agroecologia nos Assentamentos Rurais da Mata Sul de Pernambuco

Maria Patrícia Cabral da Silva; Doutoranda do Programa de Pós-Graduação Agroecologia e Desenvolvimento Territorial – UFRPE. Professora Assistente da Universidade Federal de Alagoas – UFAL. E-mail: maria.cabral@delmiro.ufal.br

Jorge Luiz Schirmer Mattos; Doutor em Zootecnia pela Universidade Federal de Viçosa – UFV. Docente do Programa de Pós-Graduação Agroecologia e Desenvolvimento Territorial – UFRPE - Núcleo de Agroecologia e Campesinato - Departamento de Educação - Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE. E-mail: jorge.mattos@ufrpe.br

Jailson de Arruda Almeida; Doutorando do Programa de Pós-Graduação Agroecologia e Desenvolvimento Territorial – UFRPE. Professor do Instituto Federal de Pernambuco (IFPE) - Campus Pesqueira. E-mail - jailson.almeida@pesqueira.ifpe.edu.br

Julia Figueiredo Benzaquen Doutora em Pós-Colonialismo e Cidadania Global. Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial. UFRPE. Email: julia.benzaquen@ufrpe.br

Linha de Pesquisa: Sociedade, Economia e Construção do Conhecimento

1. Introdução

A desigualdade, a miséria e o desemprego sempre estiveram próximos do rural brasileiro. Este contexto estimulou mulheres e homens do campo saírem de seus territórios à procura de qualidade de vida. Durante séculos o nordeste brasileiro, especificamente a Zona da Mata Sul de Pernambuco, reproduziu a monocultura da cana-de-açúcar. Para os latifundiários os ganhos foram indiscutíveis, no entanto, para os trabalhadores rurais a realidade divergiu nos aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais.

De acordo com Andrade (1989), “a grande concentração fundiária tornou-se um dos mais graves problemas do Nordeste, sobretudo nas áreas de elevadas densidades demográficas, como a Mata e o Agreste”. Tal fato tornou a região açucareira da Mata uma área de forte tensão social e de choques entre proprietários e assalariados.

A zona canavieira passa pelo processo de transição entre a monocultura de cana-de-açúcar e a implantação de projetos de desenvolvimento rural sustentável. No entanto, como vai afirmar Caporal (2009):

[...] por se tratar de um processo social, isto é, por depender da intervenção humana, a transição agroecológica implica não somente na busca de uma maior racionalização econômico-produtiva, com base nas especificidades biofísicas de cada agroecossistema, mas também numa mudança nas atitudes e valores dos atores sociais nas suas próprias relações e em relação ao manejo e conservação dos recursos naturais (CAPORAL, 2009, p. 228).

Dessa forma, o Estado precisa favorecer processos de construção de novas estratégias de desenvolvimento rural sustentável, através das políticas públicas específicas ao contexto rural. Caporal (2009, p.19), destaca “que tanto a Constituição de 1988, quanto a Lei Agrícola de 1991, determina que o Estado mantenha serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) pública e gratuita para os pequenos agricultores e que, portanto, era de se esperar que os governos dessem conta deste compromisso, senão por uma opção e compreensão políticos, pelo menos para fazer frente a uma exigência legal”.

É imprescindível afirmar que nesse território rural em questão, ainda predomina os resquícios do latifúndio e o legado da monocultura da cana-de-açúcar, sendo assim, se faz necessário à prática social extensionista, cumprindo seu papel transformador, com enfoque agroecológico. Isso implica dizer que o desempenho com qualidade por parte dos agentes de ATER publica, junto aos sujeitos sociais desse espaço, deve ocorrer a partir de diálogos e trocas de saberes necessários para a consolidação de um desenvolvimento rural sustentável. Como afirma Caporal:

As velhas estruturas de Ater, vinculadas ao Estado, só passariam a ter sentido se fossem capazes de desempenhar um novo papel. Para isto, se faz imperativo que elas mudem suas bases teóricas, seus enfoques metodológicos, seus objetivos, suas estratégias e seu público beneficiário. Caso contrário, estarão, definitivamente, fadadas ao desaparecimento. Só fazem sentido aqueles serviços públicos capazes de apoiar estratégias destinadas a dar suporte a setores mais debilitados do meio rural e a promover a proteção e recuperação do meio ambiente, pois como vimos, sustentabilidade e equidade, assim como elementos relacionados (produção de alimentos limpos com inclusão social) são exigências da sociedade, que pedem respostas do Estado (Caporal, 2009, p. 32).

Nesse processo de reprodução e superação, vários elementos devem ser considerados, uma vez que a extensão rural tem um papel importante no processo de assessorar esses sujeitos na transição de um modelo de monocultura para um sustentável em particular. Para o desenvolvimento de uma nova Extensão rural, é necessário compreender duas referências, a primeira seria o rompimento com o modelo de desenvolvimento imposto ao setor rural, sendo o mesmo, excludente e concentrador de renda e de terra. A segunda estaria relacionada com a própria Extensão Rural, que foi adaptada a beneficiar as práticas e técnicas do modelo tradicional e excludente (Caporal; Costabeber, 2004).

Refletir sobre essas transformações se faz essencial, uma vez que o serviço de Assistência técnico e Extensão rural (ATER) pública desempenha um papel fundamental na consolidação do desenvolvimento rural brasileiro, principalmente no fortalecimento da agricultura familiar com base agroecológica, considerando que esse serviço esteja pautado em uma abordagem de rompimento com as ideias de ferramentas tecnicistas, e apoiados em metodologia e estratégias didáticas que possibilitam o protagonismo das agricultoras e agricultores.

Em paralelo a crise do modelo, emerge o papel das organizações de ensino, dos professores e dos estudantes dentro do ato de ensinar, discutir, aprender e transformar. Essa discussão passa a ser alicerçada na obra “Extensão ou Comunicação?”, de Paulo Freire (1983). Onde a extensão rural passa a ser entendida como processo educativo que deve gerar autonomia às comunidades rurais, sendo realizada através de metodologias participativas e da atuação dos extensionistas como mediadores de conhecimentos (Freire, 1983). Ainda conforme Freire,

Imobilizar os camponeses exercendo ainda sobre eles uma prática assistencialista, não pode constituir-se no caminho para tal superação. Por este caminho, os camponeses poderão ser no máximo, incorporados como objetos ao processo [...], jamais a ele incorporados como sujeitos dele. Podem ser incorporados à produção, como instrumentos dela, jamais incorporar-se a ela como sujeitos (2001, p.39).

A partir das relações do homem com a realidade, resultantes de estar com ela e de estar nela, pelos atos de criação, recriação e decisão, ele vai dinamizando o seu mundo. Vai dominando a realidade. Vai humanizando-a. Vai acrescentando a ela algo de que ele mesmo é o fazedor (Freire, 1967, p.42).

Dessa forma, se faz importante traçar o perfil profissional do extensionista que seja voltado para uma inserção crítica na realidade rural, ao desenvolvimento para além da

modernização da agricultura, aos diferentes anseios dos grupos sociais do campo, às formas de organização formal e informal dos contextos populares e, principalmente, à ação transformadora mediante projetos de intervenção, possibilitando aos homens e mulheres do campo, se transformar em sujeitos de suas histórias (Callou; Pires, 2008).

Assim sendo, a prática pedagógica do extensionista é de extrema importância no processo de construção/reconstrução do território. Uma vez que, as práticas pedagógicas adotadas pelos já citados nortearão todo processo de desenvolvimento e aceitação de culturas diferenciadas dentro dos assentamentos.

A conjuntura atual exige dos extensionista, uma prática pedagógica que englobe todos os anseios da população camponesa, como forma de superar os desafios impostos pelas mudanças ocorridas na sociedade e toda negligência histórica sofrida pelo povo camponês, vindas do Estado.

Conforme Caporal e Costabeber (2004, p.12),

Não se pode esquecer o papel articulador que deve ser desempenhado pela extensão rural para fazer chegar a este público outros serviços do Estado, tais como alfabetização, distribuição de alimentos, orientações à saúde e habitação. O caráter assistencialista, que tem orientado a ação extensionista junto a estes grupos, precisa dar lugar a uma prática social transformadora, capaz de auxiliar este grande contingente de pessoas pobres que vivem no campo a readquirir sua esperança. É preciso que o Estado interfira de maneira a fazer com que estas pessoas, que foram alijadas do processo de crescimento, reencontrem a dignidade, possam se alimentar, ter uma casa, ganhar salário adequado, garantir acesso à educação para seus filhos, ter direito nos programas de alfabetização de adultos e nos serviços de saúde, de modo a fazer com que tenham condições de assegurar sua subsistência e reprodução social.

Outras questões deverão fazer parte da pauta de reivindicações dos que lutam por um rural com qualidade de vida para os povos do campo da zona canavieira. Ainda segundo Caporal (2009, p.30), “a realidade objetiva demonstra que, nos dias atuais, não há mais espaço para serviços públicos dirigidos a atender interesses dos setores modernizados do agronegócio, dos grandes agricultores e da agricultura empresarial capitalista”.

Para entender essa necessidade, se faz essencial à discussão acerca da agricultura familiar com base agroecológica, como um dos meios a proporcionar geração de renda, reestruturação das relações sociais e fortalecimento da construção dos projetos que priorizem um rural com qualidade de vida para homens, mulheres e jovens do campo, o que embasa a

discussão é o que consta na lei de ATER, a qual também define que o público a ser atendido é o agricultor familiar.

Segundo Wanderley,

A agricultura familiar pode ser entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. É importante insistir que esse caráter familiar não é um mero detalhe superficial e descritivo, ou seja, o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem conseqüências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente (Wanderley, 1999, p. 25).

Ainda segundo a autora, “uma das dimensões mais importantes das lutas dos camponeses brasileiros está centrada no esforço para constituir um território familiar, um lugar de vida e de trabalho, capaz de guardar a memória da família e de reproduzi-la para as gerações posteriores” (Wanderley, 1999, p. 44).

É nesse íterim que ganha terreno a ciência Agroecologia por tratar-se de um campo do conhecimento que leva em conta e dialoga com os saberes daqueles que vivem e produzem no campo. Segundo Caporal, a Agroecologia é um enfoque científico que oferece os princípios e metodologias para apoiar a transição do atual modelo de desenvolvimento rural e de agricultura convencionais para estilos de desenvolvimento rural e de agricultura sustentáveis, buscando, num horizonte temporal, a construção de novos saberes socioambientais que alimentem um processo de transição agroecológica (Caporal, 2009).

A perspectiva dessa abordagem permite analisar a realidade que está se construindo no rural da Zona da Mata Sul de Pernambuco, de um lado, a monocultura da cana-de-açúcar que viabiliza as relações de homens incorporados à produção; e de outro, a proposta da agricultura familiar, essas formas de produção se entrelaçam dentro dos assentamentos rurais, uma como forma de reprodução e a outra de superação.

Na prática o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), mostra que os assentamentos desempenham um papel importante no espaço rural brasileiro, devido à contribuição social e econômica que podem gerar com a produção de emprego, a diminuição do êxodo rural, o aumento na oferta de alimentos e, a elevação do nível de renda com conseqüente melhoria na qualidade de vida dos trabalhadores rurais (Bergamasco; Norder, 1999).

A partir do exposto, nos propomos a investigar a ação dos extensionistas nesse processo de construção/reconstrução do modelo de desenvolvimento rural e de agriculturas sustentáveis nos assentamento da Mata Sul de Pernambuco. Os sujeitos sociais da zona canavieira, por séculos, trabalharam no plantio da monocultura da cana-de-açúcar, não sendo a estes permitidos cultivar outro tipo de agricultura em seus quintais.

O assentamento Serrinha, o qual está sendo objeto de estudo dessa pesquisa, localiza-se no município de Ribeirão, Zona da Mata Sul de Pernambuco. O assentamento surgiu no ano de 1992 e se encontra ocupado por 153 famílias, que vieram das usinas falidas de cana-de-açúcar da região.

Durante o processo de escuta junto aos assentados ficou evidente a falta de interesse das agricultoras e agricultores em adotar uma cultura diferenciada da monocultura da cana. Os argumentos por eles apresentados, foram em sua maioria pautados no fato de não possuírem conhecimento sobre como trabalhar com outros tipos de agricultura, alegando a ausência do Estado com as políticas públicas, principalmente, a de não receberem apoio por parte de ATER pública.

A ausência dos extensionistas no assentamento aponta para grandes perdas na produção de boa parte dos agricultores, uma vez que a falta de conhecimento, proporcionou tomadas de decisões que acarretaram prejuízos aos agricultores. Na fala de um dos entrevistados, isso fica claro:

Eu tinha plantado dois mil pés de coco e dois mil pés de limão, mas o limão teve uma praga, achei que fosse do coco, arranquei os dois mil pés de coco. Para não perder tudo, perdi só os cocos, que me rendiam menos e davam mais trabalho. (J.S.S, 60 ANOS).

Essa afirmação aponta a falta de conhecimento técnico sobre uma cultura diversificada e as formas de controlar os insetos causadores de danos às plantações. A certeza de ter tomado a decisão correta, estava explícita na narrativa do agricultor, deixando claro que esta iniciativa foi repassada aos demais, como forma de orientação no manuseio de uma única cultura.

Nas palavras de Freire (1987:37), a realidade social, objetiva, que não existe por acaso, mas como produto da ação dos homens, também não se transforma por acaso. Se os homens são os produtores desta realidade e se esta, na 'inversão da práxis', se volta sobre eles e os condiciona, transformar a realidade opressora é tarefa histórica, é tarefa dos homens. No

entanto, a práxis está pautada na reflexão e ação dos homens sobre a sua realidade, como um fim de modificá-la e superar a contradição opressor-oprimido.

Nesse sentido, é obrigação do Estado, através das políticas públicas, favorecer aos processos de construção/reconstrução de novas estratégias de desenvolvimento rural sustentável. A ATER pública deve ser um dos pilares, de tantas outras políticas públicas, no processo de acompanhamento a implantação e desenvolvimento do cultivo de novas culturas agrícolas diversificadas, sugeridas pela proposta de Agricultura Familiar com base agroecológica, aos assentamentos rurais de reforma agrária.

2. Metodologia

É imprescindível afirmar que nesse território rural em questão, ainda predomina os resquícios do latifúndio e o legado da monocultura da cana-de-açúcar. Para Scheneider (2005, p. 103), o debate sobre o território no Brasil aponta para o “embate entre o lugar – dimensão local – e o global – dimensões regional e mundial. E este embate se dá de forma contraditória: ora o território local favorece as pessoas que vivem nele, seu cotidiano, ora o território se sujeita aos ordenamentos que vêm de fora”.

Para elaboração do presente trabalho, partimos da evidência de que os trabalhadores rurais, agora na condição de assentados, mesmo possuindo sua parcela para a realização do plantio diversificado, continuam através do trabalho flexível, subordinando sua força de trabalho aos representantes do agronegócio da cana-de-açúcar. Estes processos podem ser analisados em trabalhos recentes dos autores que trazem a tona o estudo da permanência da monocultura nos assentamentos (Brasileiro, 2012; Machado 2013).

Por se tratar de uma pesquisa ainda em andamento, os resultados e discussão apresentados sofrerão ainda alterações, pois, vários elementos ainda serão inseridos nas análises. Nesse sentido, buscando contribuir para uma análise acerca da permanência da monocultura canavieira e os pertinentes diálogos entre cultura, identidade e extensão rural no processo de territorialização nos assentamentos.

A pesquisa está sendo realizada no assentamento engenho Serrinha, localizado no município de Ribeirão que fica situado na Zona da Mata Sul de Pernambuco, distante cerca de 82 km da cidade do Recife. O assentamento surgiu no ano de 1992 da luta do MST, possui 153 famílias que vieram das usinas falidas de cana-de-açúcar da região, no entanto, deste quantitativo apenas 10 famílias de agricultores desenvolvem agricultura diversificada em seus lotes e parcelas, as demais famílias trabalham com o monocultivo da cana-de-açúcar.

Diante desse contexto, o presente texto objetiva analisar a significação dada pelos assentados enquanto sujeitos sociais e os agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural aos projetos de desenvolvimento rural que priorizam a agricultura familiar com base agroecológica em substituição a monocultura da cana-de-açúcar.

Assim, a pesquisa se constitui de um estudo de caso descritivo, no qual predominou o conhecimento da comunidade, seus traços característicos, suas gentes, seus problemas e a concepção destes sujeitos sobre as mudanças ocorridas no cotidiano deles nos últimos anos. Ademais, o estudo descritivo pretende abordar com exatidão os fatos e fenômenos de determinada realidade (Triviños, 1987).

A investigação está sendo realizada com agricultores, com idade entre 45 e 70 anos, homens e mulheres que estão no assentamento desde o ano de 2010. Inicialmente foram realizadas entrevistas com 10 agricultores e 10 agricultoras, que apontaram alguns elementos para permanência na monocultura da cana-de-açúcar e o porquê da opção pela diversificação na agricultura. A pesquisa teve início em fevereiro de 2023, terá sua continuidade através do Programa de Pós Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial – PPGADT, como um dos objetos de pesquisa da tese da autora.

Nosso interesse ao apresentar os resultados preliminares desta pesquisa, é contribuir com a intensificação dos debates acerca da permanência da monocultura da Cana-de-açúcar nos assentamentos de Reforma Agrária da Mata Sul de Pernambuco, assim como, analisar as categorias identidade, cultura e extensão rural em diálogo com o processo de reterritorialização dos assentamentos rurais da zona da Mata Sul de Pernambuco.

3. Resultados e Discussão

Por se tratar de uma pesquisa ainda em andamento, os resultados e discussões apresentados, sofrerão ainda alterações, pois, vários elementos ainda serão inseridos nas análises. Inicialmente, os estudos apontam para uma permanência ao cultivo da cana-de-açúcar no assentamento Engenho Serrinha. Pois, num universo de 153 famílias assentadas, apenas 10 trabalham com agricultura diversificada, três com a plantação de limão e os demais com a monocultura da cana-de-açúcar.

Os séculos de exploração e expropriação, ofertados pelo domínio da monocultura da cana-de-açúcar, não trouxe aos homens e mulheres do campo a consciência de libertação de uma forma de monocultura que sempre beneficiou a concentração fundiária; impactos ambientais destrutivos; trabalho humano forçado e sacrificante. Fato é que esses sujeitos sociais assentados, hoje na condição de pequenos produtores ou agricultores familiares, ainda não percebem a

monocultura da cana-de-açúcar como sendo um dos principais responsáveis ao não desenvolvimento rural dos assentamentos. Na fala de um dos agricultores sobre continuar plantando cana, ele afirma:

Eu não sei plantar outra coisa (cultura diversificada), só sei trabalhar com a cana, minha vida toda foi na cana, plantando, cortando, queimando e arrumando. Se não tem uma pessoa, um técnico, para me ensinar a trabalhar com outra coisa (cultura diversificada), então, continuo na cana. (A.J.S, 50 ANOS).

Em nesse sentido, fica evidente que tal condição tem como um dos principais elementos causadores a ausência de políticas públicas desenvolvidas pelo Estado, conseqüentemente a ausência da ATER nesse território, contribuindo assim, para uma permanência da monocultura da cana-de-açúcar nos assentamentos rurais da Zona da Mata Sul de Pernambuco.

A inserção das políticas publica através das ATER com base na Agroecologia é de extrema importância nesse processo de transição da agricultura convencional para agriculturas sustentáveis, destacando o papel articulador e formador que deve ser desempenhado pela extensão rural. Uma vez que, conforme apresentado, os agricultores e agricultoras desse território são oriundos da monocultura da cana-de-açúcar, trazendo assim em suas bagagens de saberes, muito conhecimento relacionado ao cultivo desta planta.

4. Conclusões

Diante do contexto e resultados parcialmente apresentados, a extensão rural que tenha por princípios teóricos e práticos o fortalecimento da agricultura familiar com base agroecológica é de extrema necessidade aos assentamentos da Zona da Mata Sul de Pernambuco, pois, a troca de saberes através das formações, capacitações e interações, possibilitarão o conhecimento de formas diversificadas de cultivos a outros tipos de agricultura.

Nesse sentido, se faz essencial à discussão em terra como matéria-prima que necessita ser cuidada, tratada com respeito, não apenas para subsidiar o lucro torna da agricultura familiar com base agroecológica, como um dos meios a proporcionar geração de renda, reestruturação das relações sociais e fortalecimento da construção dos projetos que priorizem um rural com qualidade de vida para homens, mulheres e jovens do campo.

5. Referências

- ANDRADE, Manoel Correia de. **História das usinas de açúcar de Pernambuco**. Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, em co-edição com o Ministério da Ciência e Tecnologia-CNPq/Comissão de Eventos Históricos, 1989.
- BERGAMASCO, S.M.P.P.; NORDER, L.A.C. **Os impactos regionais dos assentamentos rurais em São Paulo (1996-1997)**. In: A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas. Medeiros, L.S. de & Leite, S.(Orgs.). Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. Universidade/UFRGS/CPDA, 1999.
- BRASILEIRO, Robson Soares. **A constituição de territórios-rede através de processos de re-existência da agricultura familiar na Mata Sul de Pernambuco**. Recife, 2012. 198 f. Tese (doutorado) - UFPE, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Geografia, 2012.
- CALLOU, A. B. F., PIRES, M. L. L. e S., LEITÃO, M. R. A., & SANTOS, M. S. T. (2008). **O estado da arte do ensino da extensão rural no Brasil**. *Extensão Rural*, (16), 84–116. Recuperado de <https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/5507>.
- CAPORAL, Francisco Roberto, COSTABEBER, José Antonio. **Agroecologia e Extensão Rural: Contribuições para a promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, 2004.
- CAPORAL, Francisco Roberto. **Extensão Rural e Agroecologia: temas sobre um novo desenvolvimento rural, necessário e possível**. coordenado por Francisco Roberto Caporal. Brasília, 2009.
- FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- FREIRE, Paulo. **Educação como Prática de Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- MACHADO, M. R. I. de M. **A subordinação da força de trabalho dos assentados da reforma agrária federal ao agronegócio da cana de açúcar no território da microrregião de Vitória de Santo Antão - PE**. 2013. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-30082013-100523/>. Acesso em: 17 out. 2024.
- SCHNEIDER, S.; TARTARUGA, I. G. P. **Território e abordagem territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais**. **RAÍZES: REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS E ECONÔMICAS**, [S. l.], v. 23, n. 1 e 2, p. 99–116, 2005. DOI: 10.37370/raizes.2004.v23.237. Disponível em: <https://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/237>. Acesso em: 20 abr. 2024.
- TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes históricas do campesinato brasileiro.**
In: TEDESCO, João Carlos. (Org). Agricultura familiar: realidades e perspectivas. Ed.
Universitária da UFP, 1999.